



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0015250-73.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **Fabricio Aquina Pereira Leitão**
 Vítima: **Antonio Buzinari**

Réu Preso

Aos 18 de novembro de 2013, às 13:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) MM. Juiz(a) de Direito Dr(a). ANDRÉ LUIZ DE MACEDO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu Fabricio Aquina Pereira Leitão, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu. Pelas partes foi dito que desistia da inquirição dos policiais militares ausentes, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: Fabrício Aquina Pereira Leitão, qualificado as fls.08, com foto as fls.24, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, c.c. artigo 14, II, ambos do Código Penal, porque em 17.08.2013, por volta de 19h43, na Rua Benjamin Constant, cruzamento com a Rua Três, Vila Prado, em São Carlos, tentou subtrair para si, R\$13,00 (treze reais) em dinheiro, mediante grave, simulando o réu que portava arma de fogo, exercida contra o funcionário Antônio Buzinari, numerário pertencente a empresa de ônibus Athenas Paulista, sendo que o crime não se consumou por razões que não dependeram da vontade do réu. A ação é procedente. A vítima, cobrador do ônibus, ouvida na presente audiência, confirmou os fatos narrados na denúncia, dizendo que foi abordada pelo réu, tendo o mesmo exigido a entrega dos valores que estavam dentro do caixa do ônibus, pertencente a empresa *Athenas Paulista*, simulando o réu estar armado. A testemunha Josil, motorista do ônibus, também confirmou os fatos narrados na denúncia. O réu confessou o crime na presente audiência. Ante o exposto, aguardo a procedência da presente ação, considerando-se que o réu é primário (fls.33/34). **Dada a palavra à DEFESA:** MM. Juiz: O réu é confesso. Requer-se o reconhecimento da atenuante e pena mínima. Pela tentativa, observando a interrupção do *iter criminis* logo no início, requeiro a redução pela fração máxima, ou ao menos pela metade. O regime inicial, na forma do artigo 33 e parágrafos do CP, deverá ser o aberto, em especial porque o réu é primário e a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

pena inferior a quatro anos. Encerrada a instrução processual, e ausentes os requisitos da prisão preventiva, requer-se, por fim, a concessão do direito de apelar em liberdade. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:** "VISTOS. Fabrício Aquina Pereira Leitão, qualificado as fls.08, com foto as fls.24, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 157, *caput*, c.c. artigo 14, II, ambos do Código Penal, porque em 17.08.2013, por volta de 19h43, na Rua Benjamin Constant, cruzamento com a Rua Três, Vila Prado, em São Carlos, tentou subtrair para si, R\$13,00 (treze reais) em dinheiro, mediante grave, simulando o réu que portava arma de fogo, exercida contra o funcionário Antônio Buzinari, numerário pertencente a empresa de ônibus Athenas Paulista, sendo que o crime não se consumou por razões que não dependeram da vontade do réu. Recebida a denúncia (fls.29), houve citação e resposta escrita, sendo o recebimento mantido, sem absolvição sumária (fls.42). Nesta audiência foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação e interrogado o réu, havendo desistência com relação aos policiais militares ausentes. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa pediu a aplicação da pena mínima, com reconhecimento da confissão e regime aberto. **É o Relatório. Decido.** O réu é confesso. A prova oral reforça o teor da confissão. Estão bem provadas autoria e materialidade do crime tentado. O réu é primário e de bons antecedentes, possuindo a atenuante da confissão. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** Fabrício Aquina Pereira Leitão como incurso no art.157, *caput*, c.c. art.14, II, e art.65, III, "d", do Código Penal. Passo a dosar a pena. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhe a pena-base no mínimo legal de 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária, já considerada a atenuante da confissão, que não pode trazer a sanção abaixo do teto mínimo. Pela tentativa, com pequeno percurso do *iter criminis*, pois o acusado foi imediatamente detido e o dinheiro recuperado, reduzo a sanção em dois terços, **perfazendo a pena definitiva de 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão, mais 03 (três) dias-multa.** Diante do pequeno valor objeto do delito, mal sucedido, bem como do arrependimento demonstrado pelo réu, primário e de bons antecedentes, bem como tendo em vista que já cumpriu parte da pena preso cautelarmente, a pena privativa de liberdade deverá ser cumprida inicialmente em **regime aberto**, nos termos do art.33, e parágrafos, do Código Penal, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. Não há custas nessa fase, por ser o réu beneficiário da justiça gratuita e defendido pela Defensoria Pública. Comunique-se a presente decisão ao Egrégio TJSP, com cópia integral da sentença, para complemento das informações mencionadas as fls.57/58. Diante do regime imposto, **expeça-se alvará de soltura clausulado.** Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, CARLOS ANDRE GARBUGLIO, digitei.

MM. Juiz(a):



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

Promotor(a):

Defensor Público:

Ré(u):